

PETIÇÃO- Não à redução de autarquias e de trabalhadores

05-Jul-2011

PELO PODER LOCAL E A DESCENTRALIZAÇÃŒO,PELO EMPREGO E O DESENVOLVIMENTO

Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia da RepŒblica

Os cidadŒos constantes das listagens anexas, vŒm, no exercŒcio do seu direito de petiŒŒo, expor e requerer a V. Ex.a o seguinte:

1 Œ“ Preocupados com o anŒncio, constante no memorando assinado entre o Governo PortuguŒs e os representantes do Fundo MonetŒrio Internacional (FMI), do Banco Central Europeu (BCE) e da UniŒo Europeia (UE), de reduŒŒo do nŒmero de autarquias (CŒmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e de trabalhadores, manifestam a sua firme oposiŒŒo a tal propŒsito e consideram que, a concretizar-se, se trata de um violento e inadmissŒvel atentado Œ democracia, Œ descentralizaŒŒo, ao desenvolvimento e Œ coesŒo social e territorial do PaŒs e ao emprego.

2 Œ“ Pesem embora os graves problemas que o PaŒs atravessa, Œ importante que tenhamos presente o papel fundamental que as autarquias tŒm desempenhado ao longo dos Œltimos trinta e sete anos no combate aos atrasos estruturais e Œ interioridade a que meio sŒculo de ditadura fascista votou o paŒs e as suas populaŒŒes, seja pela acŒŒo determinante na criaŒŒo de infra-estruturas e de prestaŒŒo de serviŒos pŒblicos essenciais Œ s populaŒŒes, seja na dinamizaŒŒo do investimento e na criaŒŒo de emprego, directa e indirectamente.

3 Œ“ NŒo sŒ o Poder Local nŒo foi causador do actual estado deficitŒrio em que o paŒs se encontra, como atŒ contribuiu em 2010 para um superavit de 70 MilhŒes de Euros.

4 Œ“ A reduŒŒo do nŒmero de autarquias e de trabalhadores ao seu serviŒo Œ uma medida absolutamente desproporcional e cega, porquanto: 1) Portugal Œ um dos paŒses da UniŒo Europeia em que os municŒpios tŒm maior dimensŒo mŒdia, nomeadamente nos nŒveis demogrŒficos e geogrŒficos; 2) os municŒpios sŒo responsŒveis por apenas 18% dos funcionŒrios pŒblicos e Œ um dado inegŒvel que as tarefas que desempenham sŒo indispensŒveis.

5 Œ“ NŒo deixa de constituir um facto insŒlito que o anŒncio desta medida surja no ano em que se comemoram 35 anos sobre a realizaŒŒo das primeiras eleiŒŒes para as autarquias locais, entidades que consubstanciam o desŒgnio constitucional de descentralizaŒŒo assente no Poder Local e que constituem exemplo impar de desenvolvimento, de investimento, de prestaŒŒo de serviŒos pŒblicos essenciais e de democraticidade.

6 Œ“ Apesar de apenas absorverem cerca de 10% das receitas totais do Estado e 1,46% do total dos recursos do OrŒamento de Estado/2011, as autarquias asseguram cerca de metade do investimento pŒblico. SŒo inegŒveis as realizaŒŒes do Poder Local DemocrŒtico ao longo destas quase quatro dŒcadas de democracia na sociedade portuguesa, realizaŒŒes essas apenas possŒveis pelo carŒcter de autonomia, de proximidade com as populaŒŒes e de democraticidade que a ConstituiŒŒo da RepŒblica lhe

confere, modelo que importa defender e aprofundar.

7. Inegável também o papel que milhares de trabalhadores têm tido no êxito da obra invejável das autarquias locais, bem como o papel destas na criação de emprego, directa e indirectamente, contribuindo em muito, ao longo dos tempos, para o combate ao desemprego. É aliás por todos sobejamente conhecido que as autarquias contribuem para a economia e são indispensáveis para o desenvolvimento social.

Nestes termos,

- Conscientes do papel impar que as autarquias locais têm hoje na sociedade portuguesa e de que existem outras alternativas para o combate à crise e para a redução da despesa pública;
- Convictos de que a sua diminuição e a redução do número de trabalhadores ao seu serviço, constituem medidas que agravarão os problemas estruturais do País, seja ao nível do investimento e do desenvolvimento, seja ao nível da prestação de serviços essenciais à população e do combate ao desemprego;

Preocupados com o enfraquecimento da democracia participativa e da descentralização que a redução do número de autarquias poderá provocar:

Os cidadãos subscritores exigem que, em harmonia com o disposto nos arts. 17.º e seguintes da Lei 43/90, de 10/08, na sua actual redacção, a Assembleia da República reprove quaisquer iniciativas que prevejam a redução do número de autarquias e dos trabalhadores ao seu serviço, bem como promova medidas legislativas tendentes à defesa do Poder Local Democrático, à sua dignificação e ao seu reforço.

À

Assine aqui a petição